

História e linguagem: O (dis)curso de “Botão de Rosa” como lampejo no desnudamento da ditadura militar brasileira

History and language: The (dis)course of “Rose Button” as a
lampejo in the denudement of the Brazilian military dictatorship

Andréia Souza de Araújo

Graduanda em Letras
Universidade Federal do Acre (UFAC)
andrea.araujo@sou.ufac.br

Lucas Nascimento Assef de Carvalho

Graduando em História
Universidade Federal do Acre (UFAC)
lucas.assef@sou.ufac.br

Recebido: 14/05/2023

Aprovado: 10/08/2023

Resumo: A narrativa literária brasileira nos anos 70 foi marcada pela presença de textos que indagassem os discursos às críticas sociais, especialmente ao regime militar brasileiro. No presente artigo, investigamos os principais aspectos dessa literatura, tanto na história quanto na linguagem, tomando como principal referência o conto “Botão de rosa” de Murilo Rubião. Na análise da narrativa, vemos como se deu a assunção dos movimentos de resistência, com valores propagados desde o advento das revoluções constitucionalistas da década de 30, passando pelas manifestações literárias das vanguardas poéticas da década de 50 até chegar no golpe de estado. A novidade de tal publicação na década de 70 consiste na denúncia social num único espaço textual, desnudando as incógnitas da repreensão social em uma fusão de uma intensa realidade histórica. Nesse esteio, as representações literárias se revelam imprescindíveis como lampejo esperançoso à crítica de censura da violência. Ao abordar temas como violência, repressão e fuga, o conto passa a necessitar de uma abordagem moderna para que não seja censurado como as literaturas tradicionais, especialmente por tratar de tabus por meio da narrativa.

Palavras-chave: Literatura; Ditadura Civil-Militar; Resistência; Discurso.

Abstract: The Brazilian literary narrative in the 70s was marked by the presence of texts that questioned the discourses of social criticism, especially the Brazilian military regime. In the present article, we investigate the main aspects of this literature, both in history and in language, taking as main reference the short story “Botão de rosa” by Murilo Rubião. In the analysis of the narrative, we see how the assumption of resistance movements took place, with values propagated since the

advent of the constitutionalist revolutions of the 1930s, passing through the literary manifestations of the poetic avant-gardes of the 50s until reaching the coup d'état. The novelty of such a publication in the 70's consists of the social denunciation in a single textual space, laying bare the unknowns of social repression in a fusion of an intense historical reality. In this support, the literary representations are essential as a glimmer of hope to the criticism of censorship of violence. When approaching themes such as violence, repression and escape, the short story needs a modern approach so that it is not censored like traditional literatures, especially for dealing with taboos through narrative.

Keywords: Literature; Civil-Military; Dictatorship; Resistance; Speech.

Introdução

As obras se distribuem em classes amplas que, por sua vez, diferenciam-se em tipos e espécies. Desse ponto de vista, ao utilizarmos da escala dos gêneros, chegaremos do abstrato às distinções históricas concretas [...] (TOMACHEVSKI, 1965, p. 306, tradução nossa).

A partir do ano de 1964, com o início da ditadura civil-militar no Brasil, o poderio sobre os recursos literários se baseava nos preâmbulos filosóficos, culturais e políticos, visto que o pensamento dos generais era de que a literatura poderia levantar revoluções indesejáveis. Os discursos presentes nas construções narrativas de Rubião em “Botão de rosa” demarcavam as composições entre o mundo real e o ficcional, de modo que a prosa adentrasse as temáticas de censura – política, religião, cultura e sociedade – e, nessa mesma esteira, desnudasse temas proibidos, tais como a homossexualidade, a violência e o alcoolismo.

No que tange ao campo da história, entre 1964 e 1970, o paradoxo encontrava-se na convivência de uma ditadura de direita com uma concentração de produções culturais de esquerda, embora todas fizessem alusões ocultas ao público militarizado. Mas, como nem tudo são flores, Reimão destaca que isso não passou de uma estratégia por parte dos militares:

A estratégia básica do governo militar, no que tange à circulação das produções culturais entre 1964 e 1969, foi, como salientou R. Schwarz, a de - preservar a produção cultural, mas - liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa. (...) não podemos considerar a farta produção cultural engajada politicamente durante o período pós-1964 como uma afirmação de que a censura incentivaria a criatividade[...] (REIMÃO, 2011, p. 9).

Nesse sentido, a literatura fantástica apresentada por Todorov passa a conceituar as posições irrefutáveis consideradas por autores como Rubião, destinada a refletir junto ao leitor de uma

maneira aguçada e inteligente para que suas obras não fossem censuradas no setor de distribuição. Dessa forma, Todorov traz ensejos à Rubião quanto à sua escrita:

Já não tratam de descrever seres extraordinários; para eles “já não há mais que um só objeto fantástico: o nome. Não o homem das religiões e o espiritualismo, metido no mundo só até a metade do corpo, a não ser o homem-dado, o homem-natureza, o homem sociedade, que saúda o passar uma limousine fúnebre, que se barbeia na janela, que se ajoelha nas Igrejas, que marca o passo depois de uma bandeira” (pág. 94) O homem “normal” é precisamente o ser fantástico; o fantástico se converte como deve ser, não em exceção [...] (TODOROV, 1992, p. 90).

O presente artigo visa demonstrar as verdadeiras nuances da política de censura adotada nos meios culturais do Brasil na década de 64, tomando como objeto de estudo a obra de Murilo Rubião e teóricos que abordam a temática. Para propormos o que chamamos de “heterogeneidades discursivas” no âmbito histórico-literário e discursivo, utilizaremos Authier-Revuz, quando afirma que as manifestações do discurso reproduzem as experiências vivenciadas pelo sujeito, e, desse modo, nos permitem o posicionamento de “adotar a sua irredutibilidade e a articulação dos dois planos” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26).

A escolha da obra de Rubião se deve ao fato de que por se referir aos anos de censura, permite uma análise crítico-interpretativa sob o olhar de teóricos e históricos da época – admitindo o caráter denunciativo, a partir de insólitos ficcionais por meio do viés de irrupção aos temas interditados.

Metodologia

Para a construção desta análise, primeiramente contextualizamos autoritarismo, afinal, estamos falando de Ditadura Civil-Militar a nível de Brasil. Em seguida, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental sobre as literaturas fantásticas durante o regime militar, bem como as manifestações históricas que permeiam os processos do regime. Tivemos como referencial teórico Todorov (1992) e Authier-Revuz (1990) para introduzir a respeito das ideologias fantásticas e do contexto heterogêneo dos sujeitos, além de Candido (1991), quanto à crítica das ações envoltas de repressão. Também citamos obras de Tomachevski (1965) e Reimão (2011) para as informações de consolidação dos eixos de estudo, entre outros autores-base.

Os dados coletados historicamente foram cruzados com os dados de investigação ficcional, como o texto *Introdução à literatura fantástica*, de Tzvetan Todorov, que forneceu a base para discussões a respeito da interpretação e representação dos eventos da história brasileira por meio de recursos textuais.

O estudo das informações obtidas, por sua vez, abriu espaço para tratar de questões no espaço texto-realidade, discutindo o controle político nas escolhas individuais, observadas tanto na escrita, quanto nos fatos apresentados durante a observação, desmascarando os abismos encarados pela distribuição dos textos no território brasileiro.

Murilo Rubião e a narrativa rubianesca

Ao contrário da manifestação hispano-americana que têm expressões como as de Arreola, a literatura fantástica de Rubião é constituída por alegorias, sendo elas responsáveis por cenários desumanos e assolados pelo caos. O fantástico conduz ao desnudamento do sofrimento que muitas vezes fora ocultado pela censura e opressão da época.

Em boa parte das produções literárias, o que nos permite refletir sobre acontecimentos tão marcantes e que precisa de reconhecimento é a maneira como o limite se apresenta nos textos fantásticos, desbravando o próprio limite de maneira sutil, dando voz aos atores da vida que foram calados nas inúmeras raízes da história.

Rubião sempre desafiou o autoritarismo, como Jaime Gouvêa declara em seu depoimento:

Mas havia também firmeza e coragem para fazer um jornal cultural em plena ditadura. O Suplemento era então atacado pelos mais enferrujados representantes da sublitteratura, que pregavam contra as novidades de estilo e a criatividade que as novas gerações procuram trazer, e pelo autoritarismo mais retrógrado de parte da tradicional família mineira e do clero medieval que imperava entre nossas montanhas. Nada disso fez Murilo recuar em seu projeto de fazer uma publicação na qual mesclava iniciantes e autores consagrados, muitos deles companheiros de geração do próprio Murilo. (GOUVÊA, 2021, p. 298).

Em um olhar para um Brasil lusófono, as raízes no mistério e na violência acabam por impedir a reivindicação da memória no espaço literário fantástico. Para Rubião, o futuro acaba por ser influenciado pelo passado, ideologia que coloca as realidades repetitivas independente de suas épocas, em um loop que só troca a forma como tudo isso vai funcionar.

Em um insólito absurdo de razão e desrazão, a narrativa rubianesca é marcada pela definição dos sistemas de marginalização e criminalização em um ponto de desnudamento em que as negações da humanidade ainda estão presentes diante do sistema brutal que dilacera os menos favorecidos. Eis, pois, a literatura do fantástico real, compartilhando a atmosfera como conflito de uma realidade já experienciada.

História e linguagem: perspectivas na ditadura militar

A linguagem, instrumento de comunicação primordial na sociedade e presente em diversas modalidades, uma vez censurada de teores críticos a respeito da denúncia política às atrocidades cometidas pelo regime, teve de procurar meios para transparecer a mensagem sem se render ao sincretismo dualista. A literatura, utilizada como viés de representação de uma linguagem, porém escrita, assume o papel de informatização, processo que na década da ditadura estava sendo impedido.

Seguindo as abordagens de Flora Sussekind, a linguagem escrita como ambiente informativo servia como meio, e o leitor seria o seguidor dessa informação, que contribuía para o desnudamento das situações, mascaradamente, em torno de leituras que traziam as dramatizações das situações passíveis de censura (SUSSEKIND, 1985). Despojar-se nos recursos ficcionais para evidenciar o real, essa foi a tentativa dos textos da época, exibindo o limite da literatura no plano discursivo. Como ressalta Sussekind: “Por isso quanto mais minuciosas e emocionais as descrições, mais o assunto e a sensação que se buscava produzir parecem escapar” (*Ibidem*, p. 52).

Neste ínterim, interligamos a Literatura Fantástica à História Cultural, momento em que a materialidade e a objetividade são questionadas, investigando, em uma imparcialidade do discurso, os eventos históricos como culturais e simbólicos. Nicolau Sevcenko, engajado na teoria de união do material literário à pesquisa histórica, destaca:

(...) nem reflexo, nem determinação, nem autonomia: estabelece-se entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação. A partir dessa perspectiva, a criação literária revela todo seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção. (...) (SEVCENKO, 1983, p. 246)

Se passarmos pelo bosque fantástico com os laços históricos brasileiros, conheceremos as convergências dos textos que apresentam denúncias à repressão e ao silenciamento, existentes nas trilhas que tentam mostrar o real através da ficção, ou seja, na tentativa de problematizar o imaginário social da década cívico-militar, as obras literárias passam a integrar o repertório de fontes históricas.

Historiando o autoritarismo, a ditadura civil-militar e a literatura

Considerando o recorte histórico abordado neste artigo, antes de adentrar na contextualização desse ocorrido, inicialmente precisamos entender o que é autoritarismo, partindo da definição etimológica da palavra, a qual nos é explicada por Norberto Bobbio no livro “Dicionário de Política”:

Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas (BOBBIO, 1998, p. 94).

A Ditadura Civil-Militar (1964 a 1985) foi um governo/sistema autoritário o qual usava a coerção e a força militar para liderar o país, comandada pelo exército brasileiro, em específico seus generais, os quais foram “eleitos” presidentes. Durante o exercício do poder executivo, os militares elaboraram Atos Institucionais (AIs), que substituíam a constituição, sendo apenas ferramentas para manutenção de domínio político concentrado na mão deste coletivo.

A inserção do termo Civil na nomenclatura deste ocorrido histórico é fruto de pesquisas por estudiosos de diferentes áreas, não somente das ciências humanas, e do trabalho feito pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) referente aos documentos dos anos de chumbo que foram escondidos/”arquivados” no fim do governo militar, os quais confirmaram a participação de civis seja na instauração do regime, quanto sua manutenção.

Instituições representativas, movimentos e partidos políticos com viés esquerdista¹, indivíduos que representassem algum nível de oposição ao governo militar, quando não fosse possível colocá-los em posição secundária ou com expressão mínima de poder, como explica Schwartz “[...] com a promulgação do AI-5, em 1968, suspendeu-se o direito de expressão e liberdade dos brasileiros” (SCHWARTZ, 2019), agora seriam silenciados pela bala, amparada pela lei, ou através do exílio, caso conseguissem fugir.

Vale mencionar que já tivemos um ato de censura a expressão e liberdade dos brasileiros durante o período da Era Vargas, na qual o ex-presidente criou em 1930 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Inclusive Magalhães (2019) afirma:

No que concerne ao Estado Novo, pode-se categorizá-lo como precursor da mentalidade utilizada pela Ditadura de 1964, visto que por meio deste, o Brasil conheceu os moldes de um “estado ditatorial republicano”. Seu principal sustento foi o uso velado da violência e repressão, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado no intuito de servir como instrumento elogioso do regime, mas que se transformou em um mecanismo de alienação e censura (MAGALHÃES *et al*, 2019, p. 83).

Portanto, os militares seguindo o modelo de censura elaborado anteriormente, porém sendo enfáticos quanto ao uso de armas e força física. Toda e qualquer manifestação seja ela política ou cultural não seria tolerada pelo governo, dando aos ditos “esquerdistas” somente as escolhas de apoiá-los ou morrerem pelo que acreditavam ou defendiam. Nesse sentido, não foram somente os discursos censurados, mas também músicas, filmes, apresentações de teatro, poemas, livros, pinturas, tudo o que fosse possível associar a oposição.

Em suma, os 21 anos (1964-1985) que os militares ficaram no comando do país foram caracterizados na política como exercício do poder executivo de forma autoritária, violenta, repreensiva e também totalitarista. Quanto a econômica tivemos um crescimento no produto interno bruto (PIB), mas a custas de empréstimos e aumento da dívida externa. No nível social, aqueles que não eram apoiadores, nem opositores viviam com medo e obedecendo, por temer pela vida, as regras como o toque de recolher, as buscas e procuras em seus lares. E quanto a cultura, qualquer manifestação de descontentamento, reclamação ou opinião política era brutalmente perseguida.

¹ Recordando que durante esse período toda manifestação de oposição aos militares, especificamente a direita conservadora, era considerada esquerdista/comunista, contribuindo para a propagação desse termo pejorativo até os dias de hoje.

A classe artística brasileira nesse cenário encontrava-se na situação de exílio, morte ou ser presa, entretanto, não deixou de lutar e resistir ao governo autoritário dos militares, passando a buscar por formas de criticar o regime disfarçadamente, sendo sutis, por exemplo, Chico Buarque quando escreveu a música Cálice, que ao ser cantada, para o bom entendedor, passa uma mensagem sobre o silêncio e a ordem de calar-se estabelecida pelos militares. Como Lima e Passos ressaltam:

Dentro da formulação de Thompson (2000), as músicas de resistência são formas simbólicas contestatórias, ou modos incipientes da crítica da ideologia, não ideológicas por jamais manterem a relações de dominação do governo militar, pois a ideologia nessa concepção é hegemônica e “serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes”. Contudo, as músicas de protesto demonstram as contradições, a opressão existente na relação de dominação e reprodução do status quo militar com seu ufanismo. Desse modo, elas se engajam como demonstração dos grupos de resistência nessa forma incipiente de crítica dessa ideologia, com as letras que são contrárias, denunciam, satirizam, ridicularizam a situação de opressão (LIMA e PASSOS, 2019, p. 53).

Especificamente tratando-se da literatura, a censura mencionada a cima não foi seu único problema no período discutido, o viés positivista, embelezamento da história, se fez presente durante a reprodução dos acontecimentos da ditadura civil-militar. Tanto que durante nosso ensino básico e médio ainda escutávamos sobre o “milagre econômico” e tomada de poder para impedir o comunismo de controlar o Brasil. A conclusão dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade em 2011, contribuíram para a queda desse olhar alegre sobre os anos de chumbo, pois anterior a esse período, o país encontrava-se nessa situação:

Demonstrações de “namoro” com a nostalgia de uma ditadura presa a um passado mitificado; o caráter messiânico de certos representantes políticos; os ataques aos grupos minoritários, entre eles indígenas, negros e negras, homossexuais, queers ou transexuais; o desrespeito a formas de religião distintas das de matriz cristã-judaica; a ampliação de poderes de classificação do sigilo de documentos históricos; a repressão à liberdade pedagógica a partir da justificativa de doutrinação ideológica; a flexibilização do porte de armas de fogo; a celebração do exílio de adversários políticos, só têm feito soar o despertador do medo, para quem é adepto dos valores democráticos e dos direitos humanos (SCHWARCZ, 2019, p. 236).

Entretanto, mesmo com os esforços da CNV, em 2015 o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, durante exercício do mandato de deputado federal, em frente ao Ministério da Defesa comemorava o 31 de março de 1964. Ferreira e Azevedo explicam que essa atitude é como:

Foucault (1996) em sua análise sobre o discurso destacou, por mais que pareça pouca coisa, a amplitude e a revelação de um forte elo entre discurso e poder. Não há neutralidade no ato de proferir palavras, ficando explícito uma intencionalidade quando se glorifica a “revolução”. Parte uma nostalgia de quem admira o período, e como quem admira a

tentativa é reproduzir ou querer que reproduzam aquilo que para este é bom, nega-se a tortura e todas as mazelas. Para o ator que comemora a sua verdade é absoluta e não necessita ser contestada, foi uma “revolução gloriosa”. E é nesse elo que permeiam as questões políticas, o jogo de poder, uma rememoração e comemoração geradora de ressentimentos (FERREIRA e AZEVEDO, 2019, p. 07)

Lowy e Sayre (1995) abordam no texto “Revolta e Melancolia”, que o romantismo na contramão da modernidade discute esse viés positivo, o qual está presente nas literaturas escritas pela burguesia do século XIX, onde eles criticam o avanço modernista pelo receio de perderem o poder, influência e espaço de ação, devido ao desenvolvimento industrial e econômico. Sendo essa ação, uma das primeiras manifestações através da escrita sobre uma perspectiva de mundo contrária a escola metódica rankeana, mesmo que tenha partido de uma classe privilegiada pelo sistema, o movimento para romperem com o positivismo é válido, bem como um modelo seguido e atualizado com o passar dos anos.

Relacionando a história e literatura, englobando dessa maneira a obra “Botão de Rosa”, analisada por nós neste texto, a crítica presente nos escritos literários pode, e se faz presente no momento em que a mesma é acompanhada das vivências pessoais do autor, somado aos seus estudos sobre determinada temática, podendo ser social, político, econômico e cultural, os quais visam como proposta estabelecer debate e reflexão. Citamos como exemplos Manifesto Comunista de Karl Marx, A Era das Revoluções de Eric Hobsbawm, Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil de Kabengele Munanga, O Pacto da Branquitude de Cida Bento, Globalização: As Consequências Humanas de Zygmunt Bauman, Microfísica do Poder de Michel Foucault, entre outros textos que seguem essa ideia.

Vale a pena lembrar, que conforme explica o dicionário online Significados, “Literatura é a arte de criar e compor textos, e existem diversos tipos de produções literárias[...]. O conceito de literatura tem sido alterado com o passar dos tempos, havendo alteração semântica bastante relevante”. Logo, Botão de Rosa entra não apenas como um texto literário fictício/romântico, mas também como uma obra que, de maneira sucinta, estabelece a crítica sobre justiça, política e relações sociais, o qual a partir da nossa perspectiva histórica-literária, atrelamos com as representações da Ditadura Civil-Militar e os eventos que ocorreram em paralelo.

Perspectivas histórico-literárias em “Botão de rosa”

Analisando a semiótica existente no texto de Rubião, há a proposta de um mundo com modificações que, em suas arbitrariedades, - no tocante às perseguições, interrogatórios e assassinatos – à luz da lei, acaba sendo desrespeitado nas dependências oficiais do Estado, amparados de qualquer efeito legal.

No conto, o personagem principal é denominado Botão. O contexto de aprisionamento às condições politizadas no conto é exibido na seguinte frase: “Quando, numa segunda-feira de março, as mulheres da cidade amanheceram grávidas, Botão-de-Rosa sentiu que era um homem liquidado[...].” (RUBIÃO, 2010, p. 194). Se sairmos dessa narrativa e voltarmos ao real, recordamos que foi em uma terça-feira do mês de março em 1964, que as Forças Armadas instauraram a ditadura – mal se sabia que iria durar cerca de 20 anos, – época em que os direitos legais da Carta Magna foram destituídos por um regime com exceções.

Em conformidade com os “anos de chumbo”, o AI – 5 (Ato Institucional nº5) foi instituído em 1968, com a liberação de punições por parte dos governantes aos cidadãos que fossem considerados uma ameaça ao regime. A figura que os sargentos passavam era a de repressores autoritários que torturavam e perseguiram pessoas inocentes, e nesse meio de falsas acusações se encontrava Botão, atrelado ao caos e medo instaurado pelos comandantes:

Nesse instante ouviu gritos vindos da rua. (...) O clamor crescia lá fora, aumentava-lhe a impaciência: não podiam esperar que acabasse de se aprontar? Ou temiam pela sua fuga? (...) Fez-se um silêncio hostil, os olhos enfurecidos cravados na sua gura tranquila (...) medicava-se ainda e ouviu baterem na porta. Era o sargento, comandante do destacamento, acompanhado de seis soldados e um mandado de prisão [...] (*Ibidem*, pp. 194-195, grifo nosso).

Botão foi acusado de estupro: “[...] e a multidão de novo se assanhou: Cabeludo! Estuprador! Piolhento! ” (*Ibidem*, p. 194). Assim como muitos outros acusados, Botão permaneceu calado, “o mutismo do indiciado não irritou o militar. Parecia até agradá-lo [...]” (*Ibidem*, pp. 194-195). Tais atos se figuram nos acontecimentos no governo de Adhemar de Barros, em 1964 na Cidade de São Paulo, que ao utilizar-se de bases comunistas, repercutiu junto às igrejas e órgãos da sociedade as revoltas contra “cabeludos” e “abusadores de crianças”, atribuída também aos desígnios de João Goulart.

A indagação do contexto histórico que a lei apresentava durante esse período é feita em muitos trechos da narração, exalando o poder e a autonomia dos representantes policiais como “deuses jurídicos”, de forma que as decisões não precisassem ser coerentes, muito menos aceitáveis a outrem:

— Por que acusam o meu cliente de traficante de drogas, se antes o incriminavam de esturador e cúmplice de centenas de adultérios? — Que ingenuidade, amigo. Você está há pouco tempo entre nós e ignora que aqui só prevalece a vontade do Juiz, proprietário da maior parte das casas da cidade, inclusive dos prédios públicos, da companhia telefônica, do cinema, das duas farmácias, de cinco fazendas de gado, do matadouro e da empresa funerária. Se decidiu que esse palhaço cometeu outro delito, não nos cabe discutir e sim preparar as provas necessárias à sua condenação [...] (*Ibidem*, p. 196, grifo nosso).

Entrelaçado ao contexto dessa ideologia de dominação por parte dos militares, Candido cita as percepções de Dostoievski: “a função simbólica do policial como sucedâneo possível da consciência – a sociedade entrando na de cada um através da pressão ou do desvendamento que ele efetua.” (CANDIDO, 1991, p. 2).

A inconsistência da justiça com os procedimentos jurisdicionais da época, aliada ao poder militar sobre o povo é citada por Rubião, no momento de leitura do advogado José Inácio:

A cada página lida, se abismava com a preocupação do legislador em cercear a defesa dos transgressores das leis penais. Principalmente no capítulo dos entorpecentes, onde não se permitia apresentar determinados recursos, requerer desaforamento. A violação de seus artigos era considerada crime gravíssimo contra a sociedade e punível por tribunal popular. As penas variavam entre dez anos de reclusão, prisão perpétua ou morte (RUBIÃO, 2010, p. 228).

Como estratégia da invenção de uma verdade, a figura do anarquista “perigoso” e “falador” transformava-se em uma representação – ou seria um meio de silenciamento oculto? – esse é o questionamento de muitos críticos literários. Em um contexto histórico-literário em que todos os códigos do direito haviam se transformado, as leis repressivas criminalizavam as ações anarquistas por transgredirem a ordem social instaurada. O advogado de Botão, impedido de fazer algo para defender seu cliente, optou por não fazer nada, justamente pelos resultados negativos à sua carreira caso tentasse se opor ao que os militares estabeleciam naquele momento.

A censura se encontra no conto ao tecer desdobramentos entre o silenciamento e a violência, estes causados pelos militares da época, dominantes de um poder absoluto que não exibia brechas

para o povo se expressar a respeito dos acontecimentos, muito menos escrever abertamente sobre o que estava acontecendo.

É pertinente discutirmos, não a repressão em si, mas suas consequências não delimitadas na obra literária, os efeitos que as instituições de poder causam, e os sujeitos discursivos empregados para censurar muitos dos acontecimentos – ou seja - controlar os sistemas do pensamento e comportamento social.

Organizar o poder significaria dominar as estratégias que emergiam às condutas sociais daquele momento histórico. Em resgate às ideias tecidas pela ditadura, podemos trazer a alusão ao Código Penal Republicano que entrou em vigor em 11 de outubro de 1890, com características semelhantes ao Código Criminal do Império (1830-1889).

Tangenciando as prisões e a sombra dos interrogatórios, Rubião dissimula semioses do real à ficção, lampejando nuances dos longos anos de terror, cujos efeitos duram até hoje, pleno século XXI. A liberdade vigiada, a perseguição e a proibição de frequentar alguns lugares são efeitos desse período militar, em um aspecto em que as leis atuais criminalizam tais atos, embora tenhamos como embate o genocídio e os preconceitos que perduram na sociedade.

Considerações finais

Este estudo sobre a ditadura militar brasileira na obra de Murilo Rubião contribuiu para a compreensão do não dito de vários tipos textuais, consistentes na hermenêutica de um conhecimento de mundo e técnicas despercebidas na materialização do sentido. Além de uma denúncia velada a um sistema político e ideológico, podemos adentrar na contística que questiona o próprio conceito da realidade.

À luz dos enunciados discursivos expostos, destacamos ainda que pela via dos discursos fantásticos e insólitos, a contística de Murilo Rubião denuncia os interditos nos anos militares, opondo-se às ideologias instauradas. Com o retorno das práticas democráticas em função da garantia dos direitos sociais, a nação foi liberta do medo com a Constituição Federal de 1988.

O conto reivindica o lugar de fala, proposto a partir da análise ideológica apresentada pelos enunciados. A retirada do sujeito de ilusões a partir da leitura evidencia os estados de alienação e escassez da ciência emancipadora. O modo fantástico e os traços de contato entre lugares de vivência e diversos autores também demonstram a sutileza com que os contos da década militarizada encenam diferentes modos de reflexão social.

Na análise comparativa, o uso da dialética para entender os processos históricos e os espelhamentos realizados pelos recursos textuais auxiliou na visão de que os textos fantásticos de Rubião trazem o leitor à agonia que os personagens estão expostos. A fragmentação da criatividade de forma que os dias de terror sejam ilustrados sorrateiramente e o surgimento de novas formas de encarar o cenário não se dissociam da alusão aos pedidos de liberdade presentes no século das luzes.

Em nosso entender, as metáforas e alegorias se tornaram grandes aliadas dos escritores fantásticos em meio à tirania instaurada. Seguindo passos idênticos aos de Platão, Murilo Rubião como contista encena alguns vestígios da alegoria da caverna, momento detalhado quando as leis feitas na época estão acima do que seria visto como a justiça que deveria ser praticada, e aqueles que detém lugar de fala acabam por silenciar-se.

A forma de controle e silenciamento mais recorrente nas literaturas da década de 70 é a justiça. Em textos fantásticos como esse, é evidente o benefício militar sendo apenas para um lado, sendo ele, o dominante do poder. O corpus escolhido como base de estudo reflete muito bem as fraturas da época engendra, que pregou o individualismo e a segurança do poder.

É apenas um recorte histórico-temporal do nosso Brasil através de contistas do fantástico que decidiram entrever por meio da literatura tudo aquilo que a ideologia esconde. Pessoas que acionaram um lugar de desconstrução crítica do real. Assim, ao abrirmos um livro que debata filosoficamente sobre os fatos não somente sendo por ilustração dessa filosofia, estaremos frente ao voo ilimitado que o fantástico pode transmitir ao leitor.

Referências bibliográficas:

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Campinas, jul/dez, 1990.

BOBBIO et al. **Dicionário de Política**. Trad. João Ferreira et al. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.

- BRASIL. **Ato Institucional nº 5**. Planalto, Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 10 de abr. 2022.
- CANDIDO, Antonio. A verdade da repressão. **Revista USP**, [S. l.], n. 9, p. 27-30, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25544>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- GOUVÊA, Jaime Prado. Minhas lembranças de Murilo. **Abusões**, v. 14, n. 14, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/abusoes/article/viewFile/56734/36586>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- LIMA, R. N. de; PASSOS, A. V. F. (Dó)r, (Rê)sistência E (Mi)úsica: Ideologia presente na música popular brasileira durante a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985. **Das Amazônias**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 45–56, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3067>. Acesso em: 31 out. 2022.
- LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**: O romantismo na contramão da modernidade – Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1995.
- MAGALHÃES, Yane da Rocha.; *et al.* DIP: O MECANISMO DE PROPAGAÇÃO DA UTOPIA VARGUISTA. **Das Amazônias**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 82–90, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3070>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo, USP, 2011.
- RUBIÃO, Murilo. Botão de rosa. In: **Obra completa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SIGNIFICADOS. **O que é Literatura**. Significados, 2022. Disponível em: <https://www.significados.com.br/literatura/>. Acesso em: 01 nov. de 2022
- SILVA, Andrisson Ferreira da; AZEVEDO, Paulo Alves de. GOLPE DE 1964 E COMEMORAÇÃO: MEMÓRIAS E DISCURSOS QUE ENALTECEM A DITADURA CIVIL-MILITAR, CAUSAS DE RESENTIMENTOS E HUMILHAÇÃO. **Das Amazônias**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 04–16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3064>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **No fio da navalha**: ditadura, oposição e resistência. In: *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 437-466.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

TOMACHEVSKI, Boris. Thématique. In: **Théorie da littérature**, Paris: Ed. du Seuil, 1965.